



Newsletter

N.º 9 - Maio 2014

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Novo Código Fiscal do Investimento
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Numa quinzena de escassa produção legislativa, “compensada” por uma produção jurisprudencial assaz profícua, saúda-se e sublinha-se a publicação da proposta (de lei) do denominado novo Código Fiscal do Investimento que visou, de uma forma sistematizada, unificar o procedimento aplicável à contratualização dos benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual (ao abrigo do disposto no artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais), aplicável a projetos de investimento produtivo, bem como a projetos de investimento com vista à internacionalização, realizados até 31 de Dezembro de 2020, sob determinadas condições, conforme melhor se poderá constatar pela leitura do artigo de opinião deste número da nossa Newsletter.

José Pina



O Novo Código Fiscal do Investimento

Foi aprovada, na passada semana em Conselho de Ministros, a proposta de lei relativa à revisão do Código Fiscal de Investimento ("CFI"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro, a qual o Governo espera que seja aprovada ainda durante a presente sessão legislativa, por forma a entrar em vigor durante o decurso do terceiro trimestre (a tempo de acompanhar o arranque do novo quadro comunitário de apoio).

Uma maior transparência e maior simplicidade na interpretação da lei fiscal são os principais objetivos apresentados pelo novo Código Fiscal do Investimento, o qual irá permitir a sistematização, num único diploma, de todos os benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas (atualmente constantes do Regime de Incentivos Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo, o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial e ainda o Regime de Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos).

Não obstante desconhecer-se, em profundidade, todas as medidas propostas pelo Governo, as quais serão desenvolvidas, com maior profundidade, numa edição futura da newsletter da CAMMP, podem, desde já, apontar-se como principais propostas de alterações ao CFI as seguintes:

- a) Aumento do limite máximo do crédito de imposto em sede de IRC das despesas elegíveis para 25%;
- b) Aumento da majoração para investimento realizados em regiões desfavorecidas para 6%;
- c) Ao serem criados novos escalões de majoração do crédito fiscal, existirá um novo limite máximo de 8% da majoração aplicável aos projetos que proporcionem a criação ou a manutenção de postos de trabalho até ao final da vigência do contrato;

Uma maior transparência e maior simplicidade na interpretação da lei fiscal são os principais objetivos apresentados pelo novo Código Fiscal do Investimento, o qual irá permitir a sistematização, num único diploma, de todos os benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas (...)

d) Aumento para 8% da majoração nos casos de projetos com um contributo relevante para a inovação tecnológica, a proteção do ambiente, a valorização da produção de origem nacional ou comunitária, o desenvolvimento e revitalização das pequenas e médias empresas (PME) nacionais;

e) Aumento para 25% do limite do crédito de imposto em sede de IRC relativamente a investimentos até ao montante de 5.000.000,00 €. São considerados investimentos, por exemplo, os equipamentos ou as transferências de tecnologia, como a compra de direitos de patentes e de licenças;

f) Alargamento para 10 anos do prazo da isenção ou redução de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), relativamente aos prédios utilizados pelo promotor no âmbito do projeto de investimento;

g) Alargamento da isenção de Imposto do Selo, até um máximo de 8%, relativamente a todos os atos ou contratos necessários à realização do projeto de investimento (atualmente esta isenção apenas abrange as aquisições de prédios que constituam investimento relevante);

h) Reforço dos incentivos às start-ups, permitindo que nos três primeiros anos de atividade, estas empresas possam deduzir o total do

seu investimento à sua coleta (o denominado "IRC Zero"). Caso a dedução não possa ser feita integralmente (porque o valor da coleta de IRC é insuficiente), os montantes do investimento que não puderem ser logo deduzidos, serão nos dez períodos de tributação posteriores;

i) Aumento para 10% da dedução ao lucro tributável prevista no regime de remuneração convencional do capital (artigo 9.º da Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro) relativamente às entradas de capital efetuadas no âmbito de constituição de sociedades ou de aumentos de capital que sejam efetuadas nos três anos subsequentes a essa constituição.

Note-se que esta dedução será efetuada no apuramento do lucro tributável do período de tributação em que ocorram as entradas, bem como nos três períodos seguintes, e encontra-se sujeita aos limites da regra de minimis.

Do exposto, apresentam-se como principais – e mais evidentes – alterações, o reforço das medidas de incentivo a zonas do país com um poder de compra inferior à média nacional, bem como aumento dos incentivos concedidos às start-ups.

No que diz respeito às medidas incentivo a implementar nas regiões desfavorecidas, falta ainda saber quantas regiões vão ser abrangidas, sendo certo que o Governo já adiantou que a definição dos critérios para eleger os territórios onde as

empresas podem ser abrangidas pelos incentivos específicos deverá ter por base as denominadas "regiões de convergência", sendo que no atual quadro comunitário de apoio, o QREN, só quatro das 30 regiões NUT III (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas que engloba 28 regiões do Continente e as duas regiões autónomas) não são considerados territórios de convergência (Grande Lisboa, Península de Setúbal, Algarve e Madeira).

Resta saber se, não obstante a inovação e agressividade (positiva) de algumas das medidas de incentivo apresentadas pelo Governo, as mesmas irão levar, efetivamente, à fixação e desenvolvimento de empresas, bem como, no que diz respeito às medidas relativas às start-ups, ao aumento do empreendedorismo e à criação de novos negócios, como se espera e a nossa economia tanto carece. Esta será, necessariamente, uma matéria a que estaremos atentos.

Sérgio Martins

sergiomartins@cammp.pt



- INSOLVÊNCIA -

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 5 de maio de 2014

Exoneração do passivo restante – Prazo – Indeferimento liminar

Sendo a declaração de insolvência requerida por pessoa diferente do devedor, o pedido de exoneração do passivo restante só será rejeitado, nos termos do art.º 236.º, n.º 1, do CIRE, se for apresentado após a realização da assembleia de apreciação do relatório do administrador. Sendo tal pedido apresentado no período intermédio, entre a citação e o termo daquela assembleia, o juiz decide livremente sobre a sua admissão ou rejeição, sendo que não o pode indeferir liminarmente só com o fundamento do n.º 1 do citado art.º 236.º, sem considerar o preceituado no art.º 238.º do mesmo Código.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de maio de 2014

Graduação de créditos – Fundo de garantia salarial – Sub- rogação

Na sub-rogação parcial, o credor só terá preferência sobre o sub-rogado quando da sub-rogação derive prejuízo para ele, isto é, se com a sub-rogação e concorrência do sub-rogado o credor fica em

pior situação do que a que teria se não se tivesse verificado o pagamento por terceiro. Tendo o Fundo de Garantia Salarial pago parte dos créditos de ex-trabalhadores da insolvente, da sub-rogação não resulta prejuízo para estes, uma vez que, no concurso perante o devedor, o Fundo apenas vai reclamar a parte do crédito que o credor já recebeu dele. Assim, nesse concurso, beneficiando da mesma garantia, o crédito remanescente dos ex-trabalhadores e o crédito do Fundo devem ser graduados a par.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8 de maio de 2014

Processo especial de revitalização – Crédito tributário – Plano de recuperação

Por força do disposto no nº3 do artigo 30º da LGT, introduzido pelo artigo 125º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, nos processos especiais de revitalização, não é possível, contra vontade do Estado, reduzir ou extinguir créditos tributários e/ou conceder moratória. A homologação de um plano de recuperação aprovado pela assembleia de credores, sem respeitar o regime previsto no artigo 30º, nºs 2 e 3 da LGT, por contemplar, sem a necessária aprovação, designadamente a concessão do pagamento a prestações do crédito do Estado e um perdão parcial de juros, é ineficaz relativamente a este credor, não produzindo quanto a ele quaisquer efeitos.

- LABORAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30 de abril de 2014

Veículo automóvel – Irredutibilidade da retribuição – Ónus da prova

Tendo-se provado que o empregador distribuiu ao trabalhador um veículo ligeiro de passageiros para seu uso exclusivo, ficando todos os encargos, manutenção, seguros, portagens e combustível a cargo daquela e que o trabalhador utilizava a viatura para uso exclusivo, nas deslocações da residência para o local de trabalho, nos fins-de-semana e férias, para efeitos pessoais, a mencionada atribuição de veículo automóvel assume natureza retributiva, estando o empregador vinculado a efetuar, com carácter de obrigatoriedade, essa prestação. Tratando-se de uma prestação em espécie com carácter regular e periódico e um evidente valor patrimonial, que assume natureza de retribuição, beneficia, por isso, da garantia de irredutibilidade, prevista nos artigos 21.º, n.º 1, alínea c), da LCT, 122.º, alínea d), do Código do Trabalho de 2003 e 129.º, alínea d), do Código do Trabalho de 2009. Presumindo-se constituir retribuição toda e qualquer prestação do empregador ao trabalhador, competia ao empregador provar que o uso

de veículo automóvel atribuído ao trabalhador se tratava de mera liberalidade ou de um ato de mera tolerância, ónus que não se mostra cumprido.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 30 de abril de 2014](#)

Horário de trabalho – Alteração do horário de trabalho

O empregador pode, por regra, alterar, unilateralmente, os horários de trabalho dos seus subordinados, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos; só assim não será nos casos em que o horário de trabalho foi individualmente acordado, em que o horário foi posteriormente estabelecido entre as partes e expressamente para o trabalhador ou quando resulte de IRCT aplicável que o horário apenas pode ser alterado por acordo.

Predispondo-se a imprimir alterações ao horário de trabalho inicialmente definido, nos casos em que lhe é permitida essa alteração por via unilateral, o empregador deve, contudo, consultar previamente as comissões de trabalhadores ou, na sua falta, as comissões intersindicais, as comissões sindicais ou os delegados sindicais. A falta ou omissão dessa consulta, enquanto injuntivo requisito procedimental formal, é suscetível de traduzir, mais do que uma mera irregularidade, a preterição de uma formalidade indispensável, essencial, que afeta a perfeição da validade da decisão gestora do empregador, tornando-a, por isso, inválida. Demonstrando-se que, na sequência de uma

reestruturação dos tempos de trabalho que pretendia levar a efeito, o empregador procedeu à audição dos representantes dos trabalhadores, a circunstância de não ter cedido a uma proposta destes representantes - no sentido de ser realizada uma reunião visando a abordagem de aspetos referentes à projetada alteração dos horários de trabalho - não torna a decisão de alteração posteriormente tomada inválida, uma vez que foi cumprido o dever de consulta e que o empregador não tem, necessariamente, que atender ao conteúdo ou reivindicações contrapostas nos pareceres resultantes da consulta prévia.

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 5 de maio de 2014](#)

Subsídio de refeição – Princípio da igualdade

O subsídio de refeição visa compensar uma despesa em que o trabalhador incorre diariamente com a alimentação por ter que prestar a atividade ao empregador, não podendo aquele utilizar-se para outros fins. Embora o referido subsídio seja pago regular e periodicamente, não constitui uma contrapartida específica da prestação laboral por banda do trabalhador, mas antes uma compensação decorrente do contrato de trabalho. Por isso, não constitui retribuição, exceto se exceder os montantes normais para a alimentação do trabalhador. Não prevendo os contratos individuais de trabalho, nem o CCT aplicável às relações de trabalho, determinado valor de

subsídio de refeição, viola o princípio da igualdade a empregadora que, com base em gestão empresarial, paga diferentes valores de subsídio de refeição a trabalhadores com a mesma categoria profissional, com o argumento que tal visa premiar a assiduidade, capacidade e produtividade dos trabalhadores.

- COMERCIAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 29 de abril](#)

Livrança em branco – Preenchimento

Como se tem vindo a entender, de forma consensual, na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça – por todos, o Acórdão de 29.11.2012, disponível no site www.dgsi.pt -, enquanto o título permanecer no domínio das relações imediatas o preenchimento de uma livrança, pelo tomador, de valor superior ao resultante do contrato de preenchimento, não torna a livrança totalmente nula, aplicando-se-lhe as regras da redução dos negócios jurídicos contempladas no Código Civil. Também a possibilidade de emissão de uma livrança em branco está prevista pelos art.ºs 10º e 77º da Lei Uniforme relativa às Letras e Livranças – LULL -, sendo que a livrança em branco, deve ser preenchida de harmonia com os termos convencionados pelas partes ou com as cláusulas do

negócio determinante da sua emissão. Resolvido o contrato de financiamento, é a esta luz – duma relação contratual extinta – que o preenchimento quantitativo da livrança entregue em branco (com uma função de garantia) tem que ser feito; principalmente, se não houver estipulações especialmente previstas para a liquidação contratual em caso de resolução contratual. O que não significa, ao não se ter optado pela indemnização pelo incumprimento (quando se optou pela resolução), que não se possa cumular (e incluir no preenchimento quantitativo da livrança entregue em branco) a quantia mutuada que ainda não foi restituída (por força da função recuperatória/restitutória da resolução) com a remuneração correspondente à quantia mutuada não restituída, a título de indemnização pelo interesse positivo.

- PROCESSO CIVIL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de maio de 2014](#)

Livrança em branco – Preenchimento abusivo – *Venire contra factum proprium*

Tendo os avalistas subscrito, também, o contrato de abertura de crédito, onde estava também inserido o pacto de preenchimento da livrança em branco, devem ser qualificadas no domínio das relações imediatas as relações entre eles (avalistas) e o beneficiário da livrança (o tomador – banco). Tendo a livrança oferecida à execução – em que os oponentes figuram como

avalistas – subjacente um contrato de abertura de crédito integrado por cláusulas contratuais gerais que implicavam deveres de comunicação e informação (arts. 5.º e 6.º do DL n.º 446/85, de 25-10), que a exequente não logrou ter cumprido, têm-se as mesmas por excluídas de tal contrato. A exclusão das cláusulas relativas ao preenchimento não afeta os avals prestados (negócio cambiário), quanto à obrigação do avalizado (art. 32.º da LULL). Para que se coloque uma questão de preenchimento abusivo é necessário que se demonstre a existência de um acordo, em cuja formação tenham intervindo o avalista e o tomador-portador do título, acordo que este último, ao completar o respetivo preenchimento tenha efetivamente desrespeitado. É aos recorrentes/avalistas que incumbe fazer a prova de tais acordo e inerente desrespeito. Ao acionar os avalistas, o portador da livrança exerce um direito legítimo, pelo que não se verifica abuso do direito, na modalidade de *venire contra factum proprium*.

- CIVIL -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de maio de 2014](#)

Contrato de arrendamento – Transmissão da posição do arrendatário – Aplicação de lei no tempo

O ato de aquisição da posse que releva para a usucapião tem de conter os dois elementos definidores do conceito de



posse, acolhido no art. 1251.º do CC: o corpus e o animus. Os meros detentores ou possuidores precários são aqueles que, tendo embora a detenção da coisa, não praticam sobre ela os poderes de facto com o animus de exercer o direito real correspondente, pelo que não podem adquirir por usucapião para si próprios; só através de demonstração expressa da inversão do título de posse, só praticando atos com o significado de que, doravante, quer possuir por si e deixar de possuir em nome de outrem, será possível ao possuidor precário adquirir por usucapião. É à luz da lei em vigor ao tempo em que ocorreram os factos fundadores da caducidade, isto é, da morte do arrendatário, e não, em face da lei vigente ao tempo da

celebração do contrato, ou daquela que se mostre em vigor, quando não coincida com aquela outra, que deve ser apreciada a causa se extinção invocada. O art. 57.º do NRAU estabelece um efeito de direito (a transmissão do arrendamento) cujo pressuposto legal de produção (morte do arrendatário) já se tinha verificado aquando da entrada em vigor da lei nova – DL n.º 391-B/90, de 15-10 (RAU) e Lei n.º 6/2006, de 27-02 (NRAU) – pelo que, enquanto lei nova, e na falta de cláusula de retroatividade, não pode regressar ou agir sobre o passado, atingindo efeitos no passado pela situação jurídica contratual já produzidos. In casu, à data da morte do (primitivo) arrendatário estava em vigor o art. 1111.º, n.º 1, do CC, com a redação conferida pelo DL n.º 328/81, de 04-12, operando a transmissão do arrendamento plenamente no momento da morte do transmitente, não estando dependente, quanto à sua efetivação ou eficácia, de alguma comunicação ao senhorio. Aquele preceito não exige essa comunicação, só a determinando no caso de o beneficiário renunciar à transmissão.

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 8 de maio de 2014](#)

Contrato de empreitada de consumo – Incumprimento

A atual redação do art.º 1º-A, n.º 2, do Decreto Lei n.º. 67/2003, de 8 de Abril, não excluindo os bens imóveis, permite abranger não apenas a empreitada de construção, mas também a

empreitada de reparação ou modificação, sob pena da alteração que o diploma encerra, em termos de redação, apesar de relevante, não ter significado prático. O regime do Decreto Lei n.º. 67/2003, de 8 de Abril, é aplicável ao contrato de construção de imóvel, desde que o dono da obra seja consumidor, sendo incompreensível que o mesmo regime não seja aplicável quando o dono da obra contrata a reparação do imóvel. Essencial é que se esteja perante uma relação de consumo entre o dono da obra e o empreiteiro, sendo que esta relação ocorre sempre que o empreiteiro exerça, com carácter profissional, essa atividade, e o dono da obra seja um consumidor, visando, a mesma, fins não profissionais. O condomínio pode ser considerado consumidor, no entanto, ao estarmos perante um regime especial, que afasta as regras do regime geral do Código Civil, as qualidades dos contraentes que permitem estabelecer a relação de consumo têm que se encontrar alegadas e demonstradas no processo, incumbindo ao consumidor o respetivo ónus, pelo que, desconhecendo-se a que se destinam a maioria das frações (se estão afetadas a habitação ou uso profissional) não é possível qualificar o contrato celebrado como de empreitada de consumo. Só se pode falar em recusa de cumprimento definitivo no contrato de empreitada, quando de todo o circunstancialismo se puder concluir, de acordo com as

regras da experiência comum, por uma recusa definitiva, firme, categórica de cumprimento por parte do empreiteiro.

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 12 de maio de 2014](#)

Cessão da posição contratual – Cedência de trabalhador

A cessão da posição contratual (art. 424º do Cod. Civil) e a cedência ocasional de trabalhador são figuras jurídicas distintas: na primeira, a transmissão tem por conteúdo a totalidade da posição contratual, no seu conjunto de direitos e obrigações, sendo que a relação contratual que tinha com um dos titulares, o cedente, é a mesma de que passa a ser sujeito, após o novo negócio, o cessionário; a segunda, consiste, essencialmente, na disponibilização temporária do trabalhador, pelo empregador, a um terceiro, a cujo poder de direção aquele fica sujeito, mantendo-se porém o vínculo contratual inicial entre o cedente e o trabalhador, àquele retornando finda a cedência. A situação de facto, a seguir sinteticamente relatada, consubstancia uma cedência ocasional, ainda que ilícita, da trabalhadora e não uma cessão da posição contratual ou celebração de novo contrato de trabalho entre a trabalhadora e o cessionário: havendo a trabalhadora celebrado com a 1ª Ré um contrato de trabalho em 2002,

haver, no período de 2007 a 2011, passado a exercer as suas funções na 2ª Ré (uma D...) e na 3ª Ré (rectius, interveniente, este um Instituto criado pela 2ª Ré), por ordem do Presidente da 1ª Ré e que era, simultaneamente, o Administrador da 2ª Ré e Diretor da 3ª Ré, continuando a sua remuneração a ser-lhe paga pela 1ª Ré e em nome de quem eram assumidos os respetivos encargos fiscais e sem que nunca lhe haja sido comunicada qualquer cessão da posição contratual e/ou que a sua entidade empregadora passaria a ser a 2ª ou 3ª RR e sem que haja, a trabalhadora, dado qualquer autorização para tal cessão ou manifestado a sua intenção e/ou aceitação em celebrar com alguma destas novo contrato de trabalho.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 13 de maio de 2014](#)

Alteração das circunstâncias – Resolução do contrato – Requisitos

A resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias depende da verificação dos seguintes requisitos: (i) que haja alteração relevante das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, ou seja, que essas circunstâncias se hajam modificado de forma anormal, e que (ii) a exigência da obrigação à parte lesada afete gravemente os princípios da boa fé contratual, não estando coberta pelos riscos do negócio. A alteração anormal das circunstâncias em que as partes fundaram o contrato pode resultar da alteração da

legislação existente à data do negócio, como pode resultar de acontecimentos políticos ou da modificação repentina do sistema económico vigente. Essas situações são aquelas sobre as quais as partes não construíram quaisquer representações mentais (não pensaram nelas, pura e simplesmente), mas que são de qualquer modo imprescindíveis para que, através do contrato, se atinjam os fins visados pelas partes.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 13 de maio de 2014](#)

Prédio urbano – Benfeitoria – Terreno alheio

De harmonia com a orientação jurisprudencial prevalecente, o prédio urbano construído, pelos cônjuges, terreno de um só deles, deve ser considerado uma benfeitoria e como tal deve ser descrito no inventário consequente à extinção, por divórcio, da comunhão de bens entre eles. No regime de bens de comunhão de adquiridos considera-se bem próprio do cônjuge, por força da titularidade de bens próprios, o proveniente de acessões, sem prejuízo da compensação, devida pelo cônjuge proprietário, ao património conjugal comum ou ao outro cônjuge, conforme o caso.

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20 de março de 2014, publicado em D.R. n.º 95, Série I de 2014-05-19](#)



No âmbito da graduação de créditos em insolvência o consumidor promitente-comprador em contrato, ainda que com eficácia meramente obrigacional com traditio, devidamente sinalizado, que não obteve o cumprimento do negócio por parte do administrador da insolvência, goza do direito de retenção nos termos do estatuído no artigo 755º n.º 1 alínea f) do Código Civil.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 9 de janeiro de 2014, publicado em D. R. n.º 98, Série I de 2014-05-22](#)

«Os artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil devem ser interpretados no sentido de abrangerem os danos não patrimoniais, particularmente graves, sofridos por cônjuge de vítima sobrevivente, atingida de modo particularmente grave.»



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- FISCAL -

Proposta de Lei 229/XII

Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais e a aprovar um novo Código Fiscal do Investimento.

- PREVIDENCIAL -

Portaria n.º 108/2014, de 22 de maio de 2014

Procede à atualização anual das pensões por incapacidade

permanente para o trabalho e das pensões por morte resultantes de doença profissional.

- DIVERSOS -

Decreto-Lei n.º 82/2014, de 20 de maio de 2014

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 266/2012](#), de 28 de dezembro, que aprova a orgânica do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., transferindo para este organismo atribuições da Direção-Geral das Atividades Económicas e das direções regionais da economia.

Lei n.º 29/2014, de 19 de maio de 2014

Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, a regular as profissões dos responsáveis técnicos para a atividade funerária e do pessoal dos centros de bronzamento artificial, a estabelecer um novo regime contraordenacional e a prever o acesso à base de dados do registo comercial e do registo nacional de pessoas coletivas, bem como a consulta à base de dados da Autoridade Tributária e Aduaneira, para efeitos de cadastro comercial.

Ilustrações de Jackson Pollock

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.